

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº MTGAS-PRO-2024/00097

Termo de Referência nº 001/2025/DTC/MTGÁS

Órgão: COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS

Número da Unidade Orçamentária: MTGÁS_UO_17502

Unidade Administrativa Demandante: DIRETORIA TÉCNICA E COMERCIAL

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de Engenharia para Manutenção Corretiva/Preventiva e Ligações de clientes ao Sistema de Distribuição de Gás Natural (SDGN), por Unidade De Serviço De Gás (USG), com dedicação de mão de obra exclusiva, para atender as demandas da MTGÁS, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO DA USG	VALOR TOTAL
SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA/PREVENTIVA E LIGAÇÕES DE CLIENTES AO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL (SDGN) – COM DEDICAÇÃO DE MÃO DE OBRA EXCLUSIVA, FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS - POR UNIDADE DE SERVIÇO DE GÁS (USG), COM MAIOR DESCONTO A SER APLICADO NA FORMA ESTABELECIDNA NA PLANILHA REFERENCIAL DE UNIDADES DE SERVIÇO (PRUS).	USG	148.476,25	R\$ 35,14	R\$ 5.217.455,57
VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 5.217.455,57 (cinco milhões, duzentos e dezessete reais e quatrocentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e sete reais).				

1.2. O custo estimado total da contratação é de R\$ 5.217.455,57 (cinco milhões, duzentos e dezessete mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos).

1.3. O preço do item engloba todas as despesas relativas ao objeto do serviço, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, incluindo seguro, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras, benefícios e despesas indiretas (BDI), manuais, transporte, todas as taxas, impostos e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto deste Termo de Referência, nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada, salvo as exceções previstas no Art. 81 da Lei 13.303/2016.

- 1.4. Os custos estimados foram determinados a partir de custos unitários de insumos e composições obtidos por meio de sistemas e tabelas de referência nacionais de custos referenciais e pesquisa de preços previamente realizada e juntada a este processo administrativo.
- 1.5. Regime de Execução Indireta, prestação dos serviços de forma contínua, com dedicação de mão de obra exclusiva.
- 1.6. O quantitativo a ser contratado foi dimensionado em consonância com as características da Rede de Distribuição de Gás Natural do Distrito Industrial de Cuiabá/MT, demonstradas no Parecer Técnico nº. 003/2024/DTC/MTGÁS.
- 1.7. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração da Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 1.8. O objeto do contrato enquadra-se como serviço de engenharia, por se tratar de intervenções técnicas especializadas em sistemas de distribuição de gás natural, demandando profissionais habilitados e conhecimentos técnicos, regulamentados pela Lei nº 5.194/66. As atividades abrangidas pelo contrato são caracterizadas por ações de instalação, adaptação, manutenção e preservação de infraestrutura pré-existente, alinhando-se ao disposto na Orientação Técnica IBRAOP nº IBR 002/2009.

2. DA UNICIDADE DO LOTE

- 2.1. A decisão de não parcelar o objeto da contratação visa à otimização do uso de recursos humanos e materiais, garantindo maior eficiência operacional e redução de custos ao se contratar em um único lote. Conforme exposto no Parecer Técnico nº 003/2024/DTC/MTGÁS, a centralização das atividades permite melhores condições contratuais e diminuição dos custos administrativos e de fiscalização. A Lei nº 13.303/2016, apesar de incentivar o parcelamento, admite sua não aplicação quando se mostra antieconômico ou inviável tecnicamente. Jurisprudências do Tribunal de Contas da União (TCU) reforçam essa decisão, destacando a economicidade e a eficiência na elaboração de contratos. O regulamento interno da MTGÁS também orienta a justificativa da vantagem ou não do parcelamento considerando a viabilidade técnica e econômica, sendo que a unificação das atividades possibilita economia de escala e de escopo.

3. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. O serviço a ser contratado é contínuo, sendo essa a opção mais vantajosa nos termos do Parecer Técnico nº. 003/2024/DTC/MTGÁS.
- 3.2. O prazo de vigência desta contratação é de 24 (vinte e quatro) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, a critério da MTGÁS, até o limite estabelecido em Lei, nos termos do art. 71 da Lei nº. 13.303/2016
- 3.3. O contrato poderá ser prorrogado até o limite total de 05 (cinco) anos, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, sendo permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem

ônus para qualquer das partes nesse caso.

- 3.4. As prorrogações do prazo de vigência serão formalizadas mediante a celebração dos respectivos termos de aditamento ao contrato, respeitadas as condições previstas na Lei 13.303/2016.
- 3.5. Na hipótese de prorrogação do Contrato, a CONTRATADA deverá providenciar a renovação da Garantia do Contrato, bem como do Seguro, nos termos e condições estabelecidas pelo CONTRATANTE.

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. Objetivo desta contratação consiste em selecionar e contratar uma empresa especializada para a realização dos serviços de engenharia para manutenção corretiva/preventiva e ligações dos clientes ao Sistema de Distribuição de Gás Natural (SDGN), por unidade de serviço de gás (USG), para atender as demandas da MTGÁS no estado de Mato Grosso, em especial ao Distrito Industrial de Cuiabá, visando assegurar a operação eficiente e segura do sistema, a expansão da infraestrutura, bem como a conservação das instalações, a fim de atender às demandas da comunidade local e promover o desenvolvimento industrial e energético da região.

5. FUNDAMENTAÇÃO PARA ESCOLHA DA MODALIDADE LICITATÓRIA

- 5.1. O regime de execução do contrato será o de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO – Execução dos serviços por preço certo de unidades determinadas;
 - 5.1.1. A escolha do regime de execução dos serviços, com as respectivas justificativas, é pautada pelo interesse público e está sempre motivada, pois impactará as relações entre contratado e contratante, as medições do contrato firmado, seus aditivos, entre outros fatores relacionados à gestão do empreendimento contratado. Decorre desse entendimento a constatação de que não existe, em tese, um regime de execução melhor que outro, e sim um regime que, no caso concreto, melhor atende ao interesse público. (TCU, 2012: 76).
 - 5.1.2. Entende-se por regime de execução “a forma pela qual o objeto do contrato será executado” (TCU, 2010: 674), conforme esteja planejando a administração.
 - 5.1.3. Como entende Moreira e Guimarães, a definição do regime de execução é relevante para definir a disciplina jurídica da remuneração do contratado e as consequências de seu inadimplemento” (2012: 194). O TCU já teve entendimento, assim como a doutrina, que o regime de execução deveria ser escolhido em função da forma de pagamento a ser feita, com a seguinte recomendação: “Estabeleça o regime de execução contratual de acordo com o critério de apuração do valor a ser pago ao particular, observando os conceitos fixados no art. 6º, inciso VIII, alíneas a e b, da Lei no 8.666/1993” (Acórdão nº 337/2005 Plenário). Na mesma linha de entendimento, Altounian assevera que “a diferença básica [entre a empreitada por preço unitário e a empreitada global] está na forma em que os serviços contratados serão medidos e pagos” (2012: 187).
 - 5.1.4. Dentre as vantagens deste regime de contratação podemos citar:

- 5.1.4.1. Pagamento apenas pelos serviços efetivamente executados, ou seja, menor risco de pagamentos indevidos ou de serviços executados diferentemente do projetado;
- 5.1.4.2. Possibilidade, caso justificada ou a bem do erário público, de alterações ou supressões de quantidades e serviços, apurados no decorrer da execução;
- 5.1.4.3. Apresenta menor risco para a contratada, na medida em que ela não assume risco quanto aos quantitativos de serviços, e consequentemente, maior possibilidade de atração de empresas a participar do certame licitatório e execução dos serviços de engenharia;
- 5.1.4.4. Na contratação pelo regime de execução por preço unitário, as quantidades contratadas podem não ser efetivamente pagas, pois, caso não tenha havido necessidade da utilização das quantidades estimadas para execução dos serviços, onde a administração beneficia-se com o pagamento inferior ao valor contratado para a etapa.
- 5.1.5. Entende-se, portanto, ser este o melhor regime de contratação, uma vez que os serviços devem ser executados em quantidades que podem ser mensuradas por unidades de medida, cujo valor total do contrato é o resultante da multiplicação do preço unitário pela quantidade e tipos de unidades contratadas.

6. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 6.1. Os serviços serão executados na forma e condições descritas nesse Termo de Referência e seus anexos - Memorial Descritivo (ANEXO II.1), Especificações Técnicas (ANEXO III.2), Critérios de Medição (ANEXO III.3), bem como na Minuta de Contrato – Anexo VI do Edital.
- 6.2. Os serviços serão prestados preferencialmente, de segunda-feira à sexta-feira, das 07h00 às 17h00. Todavia, havendo situações emergenciais relacionadas ao SDGN, deverá ser considerada a execução de atividades em dias e horários não previstos acima, incluindo finais de semanas, feriados e período noturno se houver atendimento de emergência.
- 6.3. Caso o horário de expediente do contratante seja alterado por determinação legal ou imposição de circunstâncias supervenientes, deverá ser promovida adequação nos horários da prestação de serviços para atendimento da nova situação.
- 6.4. Excepcionalmente, poderá ser agendada a execução do serviço em dias e horários não previstos acima, desde que solicitado previamente pelo contratante e aceito pelo contratado. Havendo anuência do contratado, a mesma deverá promover atendimento em finais de semana, feriados ou no período noturno quando necessário, sem ônus ao contratante.
- 6.5. Excepcionalmente, poderá ser agendada a execução do serviço em dias e horários não previstos acima, desde que solicitado previamente pelo contratado e aceito pelo contratante. Havendo anuência do contratante, a mesma deverá promover atendimento em finais de semana, feriados ou no período noturno quando necessário, sem ônus ao contratante”
- 6.6. Havendo causa impeditiva para o cumprimento dos prazos das ordens de serviço (OS), o contratado deverá apresentar justificativa ao contratante por escrito indicando o motivo e o prazo necessário para a execução, que por sua vez analisará e tomará as providências para

a aceitação ou não das justificativas apresentadas.

6.7. Local de execução.

- 6.7.1. A prestação dos serviços, incluído tudo que for necessário para a operacionalização da prestação dos serviços especificados neste Termo de Referência e demais anexos ao edital, serão realizados nas instalações do Sistema de Distribuição de Gás Natural da MTGÁS.

6.8. Forma de execução.

- 6.8.1.** A execução contratual será de forma indireta e o regime de execução será por preço unitário, devendo observar as rotinas definidas neste termo e seus anexos, bem como a minuta do contrato e seus anexos.

7. REQUISITOS DE FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 7.1. O contratado somente poderá designar para executar os serviços que são objeto desta contratação profissionais que preencham os requisitos estabelecidos no Memorial Descritivo– Anexo III.1 e Especificação Técnica – Anexo III.2.

8. DAS ESPECIFICAÇÕES – QUANTIDADES E QUALIDADES

- 8.1. Todos os dimensionamentos, relação de normas referenciais, materiais, qualidade dos materiais, profissionais, quantitativos e demais informações estão contidas em documentos anexos a este Termo de Referência

9. VISTORIA/VISITA TÉCNICA

- 9.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, de modo a obter para sua própria utilização e por sua exclusiva responsabilidade, toda informação necessária à elaboração da proposta.
- 9.2. Não caberá nenhuma responsabilidade à MTGÁS caso a licitante entenda que a visita técnica foi insuficiente ou desnecessária para levantar os dados necessários para formulação de sua proposta comercial, cabendo à licitante, nos termos da legislação e da regulamentação vigentes, realizar seus próprios levantamentos e análises, por sua conta e risco e às suas expensas, para conhecer devidamente as condições do local de execução dos serviços e apurar todos os aspectos que sejam necessários para compor sua proposta.
- 9.3. O horário para realização da vistoria será de segunda à sexta-feira, das 09h00min às 16h00min, até (três) dias úteis antes da realização do certame licitatório, sendo possível a disponibilização de data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia, caso seja solicitado pelo licitante em tempo hábil. A vistoria deverá ser agendada por meio dos e-mails: licitacao@mtgas.mt.gov.br.
- 9.4. Para a vistoria, o representante credenciado da licitante ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido

pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

- 9.5. Ao término da vistoria será emitido pelo Licitante, em 2 (duas) vias, ATESTADO DE VISTORIA TÉCNICA – Anexo V.1 do Edital. O documento deverá ser assinado pelo representante da empresa e por representante da MTGÁS, devendo uma das vias ser entregue juntamente com os documentos de habilitação.
- 9.6. No caso de a licitante optar pela não realização da vistoria acompanhada, a mesma deverá apresentar declaração formal assinada pelo seu Representante Legal - Conforme Anexo V.2 do Edital, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo a total responsabilidade por esse fato e não se utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a MTGÁS.
- 9.6.1. A licitante que optar pela não realização da Vistoria Técnica deverá entregar, juntamente com a documentação da habilitação técnica, DECLARAÇÃO DE NÃO VISTORIA TÉCNICA - Conforme ANEXO V.2 do Edital, conforme modelo anexo no edital.
- 9.7. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, condições, peculiaridades dos trabalhos, ou qualquer detalhe dos locais de prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

10. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

- 10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avançadas e as normas do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da MTGÁS e da Lei n.º 13.303/2016, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 10.2. Será designado, pelo contratante, um profissional qualificado ou uma comissão para exercer a fiscalização e acompanhamento do contrato, que terá, dentre outras, a incumbência de informar as ocorrências relevantes verificadas na execução contratual, inclusive quanto a eventuais atrasos e descumprimentos de cláusulas contratuais; solicitar ao contratado documentos exigidos para prestação do serviço, correção de falhas na execução contratual, inclusive cumprimento da legislação aplicável, ou a repetição de serviços executados em desconformidade com as normas aplicáveis; informar as autoridades competentes a ocorrência de ilegalidades e irregularidades que constatar; e solicitar ao contratado o afastamento ou a substituição de profissional que considere ineficiente, incompetente, inconveniente ou desrespeitoso com pessoas da contratante ou terceiros ligados à execução do objeto.
- 10.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.
- 10.4. Os gestores e fiscais de contrato devem ser previamente designados, cujo os nomes deverão ser publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso – DOE/MT.
- 10.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou, em caso de afastamentos legais, pelos respectivos substitutos.

- 10.6. Não obstante o contratado seja o único e exclusivo responsável pela execução do Contrato, o contratante reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a execução do objeto contratado, com a frequência que considere oportuna.
- 10.7. Para efeito de gestão do contrato, serão utilizadas as seguintes definições:
- 10.8. **Gestor do Contrato** – Trata-se de profissional designado pela MTGÁS para interlocução com o contratado, sendo responsável por aplicar as seguintes ações:
- 10.8.1. Gerenciar e orientar os fiscais da MTGÁS, interagir com o(s) preposto(s) designado(s) pelo contratado e com as fiscalizações públicas e/ou privadas que tenham ações diretas com a execução dos serviços
- 10.8.2. Aplicar todas as determinações e normas de conduta, acompanhamento e fiscalização de contrato previstas no edital, caso houver, e aquelas decorrentes da legislação aplicável.
- 10.8.3. Aplicar as orientações e determinações oriundas dos Órgãos de Controle Interno e Externo e as previstas nos instrumentos legais.
- 10.8.4. Emitir, com a ciência dos fiscais de contrato, ordens de fornecimento ou ordens de execução de serviço, ordens de paralisação e reinício, bem como decidir sobre pedidos de prorrogação da execução contratual.
- 10.8.5. Paralisar imediatamente todo e qualquer serviço em execução pelo contratado, quando evidenciado o descumprimento das normativas técnicas e/ou de segurança, que possam oferecer danos ao SDGN, aos trabalhadores, a terceiros, ao meio ambiente ou a imagem da MTGÁS
- a. O serviço paralisado, somente terá seu retorno após o contratado corrigir os defeitos/não conformidades que causaram a interrupção do trabalho, e com autorização escrita pelo Gestor do contrato.
- 10.8.6. Dirimir dúvidas dos fiscais de contrato sobre a correta execução contratual e sua fiscalização;
- 10.8.7. Quando necessário, convocar e coordenar reuniões, registradas em ata, com a participação da contratada e dos fiscais, a fim de serem alinhados os procedimentos de acompanhamento da execução contratual, da forma de apresentação dos documentos exigíveis para realização de pagamentos e conclusão da execução contratual;
- 10.8.8. Acompanhar a execução dos cronogramas das ordens de serviço, do saldo dos valores contratados, dos valores empenhados e dos orçamentos previstos nos Planos de Trabalho Anual para cada contrato;
- 10.8.9. Analisar os relatórios de fiscalização de contratos, especialmente os relacionados ao cumprimento do cronograma de entrega e recebimento de bens e serviços, bem como os relacionados à execução do cronograma, a fim de garantir a perfeita execução do contrato;
- 10.8.10. Observar os prazos de vigência e execução das ordens de serviço e tomar as medidas necessárias para que sejam executados conforme o contratado, de acordo com as necessidades da administração e planejamento orçamentário e financeiro;

- 10.8.11. Decidir sobre a renovação, prorrogação ou alteração dos contratos, ou sobre a realização de novo procedimento licitatório ou de contratação direta, bem como sobre a suspensão da entrega de bens ou da realização de serviços, de acordo com as necessidades da MTGÁS;
- 10.8.12. Quando necessário, negociar com a contratada as condições contratuais;
- 10.8.13. Encaminhar os processos de pagamento, após o atesto da nota fiscal pelo fiscal do contrato;
- 10.8.14. Tomar providências para apurar o descumprimento do contrato ou fraude na sua execução;
- 10.8.15. Exigir dos fiscais a inclusão tempestiva das informações relativas à execução do contrato nos sistemas corporativos de controle, publicidade e transparência;
- 10.8.16. Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa do contrato;
- 10.8.17. Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos;
- 10.8.18. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato ou dos terceiros contratados a respeito de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;
- 10.8.19. Constituir relatório final com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração.
- 10.9. **Fiscal do Contrato** – Trata-se de profissional indicado pelo Gestor do Contrato, preferencialmente, entre profissionais próprios ou contratados, que preencham os requisitos técnicos-profissionais aplicáveis, sendo responsável por aplicar as ações:
 - 10.9.1. Prestar informações e esclarecimentos ao preposto do contratado, sempre que for preciso.
 - 10.9.2. Desempenhar com eficiência e zelo todas as atribuições a ele incumbidas na legislação aplicável. Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;
 - 10.9.3. Juntar aos autos todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
 - 10.9.4. Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para a correção;
 - 10.9.5. Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
 - 10.9.6. Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas previstas;
 - 10.9.7. Realizar a conferência de notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes, os documentos exigidos para o pagamento bem como verificar a manutenção das condições de habilitação

da contratada e, após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

- 10.10. Comunicar o gestor do contrato o término do contrato sob sua responsabilidade, inclusive nos casos de nova contratação ou prorrogação. As Fiscalizações Técnicas e Setoriais devem observar as seguintes diretrizes:
- 10.11. Realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços;
- 10.12. Devem ser evitadas ordens diretas do contratante dirigidas aos profissionais do contratado. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos profissionais do contratado, devem ser dirigidas ao preposto;
 - 10.12.1. Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva do contratado;
 - 10.12.2. Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho;
 - 10.12.3. Verificar a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho, cuja presença levará ao pagamento dos respectivos adicionais aos empregados. Tais condições obrigam a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI).
- 10.13. A fiscalização deverá emitir informação ou relatório a respeito de todos os atos do contratado relativos à execução do Contrato, quando couber, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações, prorrogações e rescisão do Contrato;
- 10.14. A fiscalização deverá, em seu relatório de avaliação da qualidade dos bens, identificar e quantificar as ocorrências eventualmente praticadas pelo contratado no período de faturamento, com vistas a aplicar multas/glosas no pagamento da fatura.
- 10.15. Todas as ocorrências devem ser documentalmente comprovadas e anexadas ao relatório final
- 10.16. O Relatório é o ato administrativo que concretiza o recebimento provisório.
- 10.17. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 10.18. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
- 10.19. As atividades de fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por profissional designado ou comissão de fiscalização, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à gestão do contrato.

- 10.20. O contratado poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 10.21. A hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções ao contratado de acordo com as regras previstas neste contrato.
- 10.22. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais.
- 10.23. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as comprovações indicadas no art. 30 da IN 01/2020/SEPLAG (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
- 10.24. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 10.25. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.
- 10.26. A fiscalização administrativa observará ainda as seguintes diretrizes:
- 10.26.1. Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):
- 10.26.1.1. Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os profissionais que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;
- 10.26.1.2. As anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pelo contratado. Devem ser observadas, com especial atenção, a data de início do contrato de trabalho, a função exercida, a remuneração (corretamente discriminada em salário-base, adicionais e gratificações) jornada de trabalho, além de demais alterações dos contratos de trabalho. A fiscalização das Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS) poderá ser feita por amostragem;
- 10.26.1.3. O número de profissionais por função, deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;
- 10.26.1.4. O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT), salvo nas condições de jornada reduzida de

trabalho;

- 10.26.1.5. Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para o contratado;
 - 10.26.1.6. Será estabelecido mecanismo de controle da utilização dos materiais empregados nos contratos, para efeito de acompanhamento da execução do objeto, bem como para subsidiar a estimativa para as futuras contratações;
 - 10.26.1.7. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento do contratado que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido no contrato, na planilha de custos e formação de preços e seus anexos, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como marca, qualidade e forma de uso.
- 10.26.2. Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):
- 10.26.2.1. Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da mão de obra na fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;
 - 10.26.2.2. Serão exigidas as Certidões Negativas de Débito relativas às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, inclusive de Dívida Ativa, o Certificado de Regularidade do FGTS e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
- 10.27. O contratante fiscalizará o cumprimento, pelo contratado, das obrigações e encargos sociais e trabalhistas, no que se refere à execução do contrato, exigindo os documentos solicitados no contrato, bem como outros previstos em norma ou que se entenda necessários ao bom andamento dos serviços.
- 10.28. Caso o contratante ache necessário esclarecimentos sobre o não cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas que impliquem indagações de caráter técnico ou em qualquer outra hipótese de exceção, deverá ser encaminhada justificativa formal à fiscalização do contrato, para que esta, caso entenda necessário, decida sobre a dilação do prazo para resposta do contratado.
- 10.29. O contratante deve comunicar oficialmente, por escrito, ao preposto do contratado quando não houver necessidade de substituição de profissional nas ocorrências de ausência temporária, como falta, gozo de férias ou afastamentos legais de qualquer natureza.
- 10.30. Cabe ao contratado atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do contrato, sem que disso decorra qualquer ônus para o contratante, não implicando a atividade de acompanhamento e fiscalização em qualquer exclusão ou redução da responsabilidade do contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, tampouco a co-responsabilidade do contratante ou de seus agentes.
- 10.31. Cabe ao contratante prestar informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto do contratado.
- 10.32. É obrigação dos responsáveis pela fiscalização rejeitar quaisquer serviços quando entender que a sua execução está fora dos padrões técnicos e de qualidade definidos no Contrato.

- 10.33. A fiscalização do contratante terá livre acesso aos locais de trabalho da mão-de-obra do contratado, não permitindo que as tarefas sejam executadas em desacordo com as preestabelecidas.
- 10.34. A fiscalização do contrato deverá observar todas as regras previstas na Instrução Normativa nº 001/2020/SEPLAG/MT, publicada no Diário Oficial de 20 janeiro de 2020.
- 10.35. A fiscalização exercida pelo contratante durante a execução dos serviços, não exclui a responsabilidade do contratado, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades resultantes da má prestação dos serviços, de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência deste, não implica co-responsabilidade do contratante ou de seus agentes e prepostos.
- 10.36. Ordenar a imediata retirada do local, seguida, quando for o caso, da substituição pelo contratado, independentemente de justificativa por parte do contratante, de qualquer de seus empregados que estiverem sem crachá, que embaraçar ou dificultar a atuação da fiscalização ou cuja conduta, atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou inadequados ao contratante ou ao interesse do serviço público.

11. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 11.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega estão indicados nos itens 6, 7 e 8 deste termo de referência.

12. CRITÉRIO PARA RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

12.1. RECEBIMENTO PROVISÓRIO

- 12.1.1. O recebimento provisório dar-se-á pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, ao final da execução do contrato, mediante realização de vistoria e elaboração de relatório detalhado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do serviço estabelecido no escopo contratual. Deverão, também, ser anexados os demais documentos que o responsável julgar necessário e, encontrando irregularidade, fixará prazo para correção.
- 12.1.2. O relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato.

13. RECEBIMENTO DEFINITIVO

- 13.1. Os serviços serão **recebidos definitivamente** no prazo de até 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, pelo profissional responsável designado pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 13.1.1.1. Realizar a análise dos relatórios (medições) e de toda a documentação apresentada

pela fiscalização e, caso haja irregularidades, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao contratado, por escrito, as respectivas correções.

- 13.1.1.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.
- 13.1.2. Na hipótese de irregularidade não sanada pelo contratado, a fiscalização reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade superior, para procedimentos inerentes à apuração dos fatos e à aplicação das penalidades cabíveis.
- 13.2. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, bem como não exclui a responsabilidade pela garantia do(s) serviço(s) executado(s) por vícios ou disparidades em relação às com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se ao contratante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90.

14. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

- 14.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade do objeto, conforme disciplinado no edital.
- 14.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
 - 14.2.1. Relativo à Qualificação Técnica – Operacional
 - 14.2.1.1. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional, emitido pelo conselho profissional competente, sendo Conselho de Engenharia e Agronomia (CREA) em nome da licitante em situação regular na região de atuação, bem como comprovar que o ramo de atividade da licitante está relacionado ao objeto licitado, em plena validade.
 - 14.2.1.2. O licitante deverá comprovar sua capacidade técnico-operacional mediante a apresentação de atestado(s) ou certidão(ões) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), através de Certidão de Acervo Operacional (CAO), que demonstrem a execução, de forma individual ou em consórcio, das seguintes atividades: (i) Instalação de Conjunto de Regulagem e Medição (CRM) e/ou Conjunto de Medição (CM); e (ii) Instalação de Ramal de Interligação de Clientes, compatíveis, em características e quantidades, com o objeto licitado.
 - 14.2.1.3. Para efeito desta licitação, entende-se por características compatíveis com o objetivo da licitação, serviços executados em rede de distribuição de gás, soldados e enterrados em vias públicas ou áreas rurais, mediante a apresentação de atestado (s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.
 - 14.2.1.4. Admite-se que a comprovação seja realizada mediante a apresentação de atestados ou certidões distintos, desde que, em conjunto, atendam integralmente às exigências relativas às atividades previstas.

- 14.2.1.5. O(s) Atestado(s) deverá (ão):
- 14.2.1.5.1. conter o nome, o endereço, o telefone dos atestadores, ou qualquer outra forma de que o agente de licitação possa valer-se para manter contato com os declarantes
- 14.2.1.5.2. Se emitido (s) por pessoa jurídica de direito público deverá (ão) ser assinado (s) pelo responsável do setor competente do Órgão, devidamente identificado (nome, cargo, CPF ou matrícula);
- 14.2.1.5.3. Ser emitido por empresa que não integre o mesmo grupo empresarial da empresa proponente;
- 14.2.1.5.3.1. Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio, proprietário ou titular da empresa emitente e da empresa proponente;
- 14.2.1.5.3.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- 14.2.1.5.3.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do interessado.
- 14.2.1.5.3.4. Ser apresentados em papel timbrado do emitente, constando denominação social, endereço, telefone, nome do responsável pela emissão e as seguintes informações:
- a) Descrição detalhada do escopo dos serviços prestados;
- b) Prazo de execução;
- 14.2.1.5.4. Se o atestado não contiver os dados de contato do responsável ou da pessoa jurídica, ou se tais informações estiverem desatualizadas, o licitante poderá ser solicitado a fornecê-los durante a fase de habilitação;
- 14.2.1.5.5. Somente serão aceitos aqueles emitidos pelo empreendedor ou concessionária proprietários da rede de gás;
- 14.2.1.5.6. Somente serão aceitos atestados dos serviços efetivamente concluída, não sendo aceitos atestados parciais de execução.
- 14.2.1.5.7. Para o caso de execução em consórcio, o atestado deverá discriminar o percentual (%) de execução do objeto correspondente a cada parte;
- 14.2.1.5.8. Caso o agente de licitação entenda necessário, a licitante, deverá disponibilizar todas as informações essenciais à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, Notas Fiscais/Faturas, Notas de Empenho, endereço atual do contratante e local em que foram executados os serviços, sendo que estas e outras informações complementares poderão ser requeridas mediante diligência.
- 14.2.1.5.9. Não há obrigatoriedade de que as nomenclaturas constantes do atestado sejam idênticas à utilizada na definição das categorias indicadas neste edital, desde que sejam suficientes à comprovação de capacidade de execução do objeto contratual de que trata este edital.
- 14.2.1.5.10. Os Atestados de Comprovação Técnica-Operacional e do Responsável Técnico somente serão aceitos aqueles emitidos pelo empreendedor ou concessionária proprietários do gasoduto.

14.2.2. Relativo à Qualificação Técnica-profissional

- 14.2.2.1. Comprovação de que a LICITANTE possui em seu quadro permanente, na data prevista para a entrega da proposta, pelo menos 01(um) Responsável Técnico, legalmente habilitado e devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, com formação em Engenharia, detentor de, no mínimo, 01 (um) Atestado de Responsabilidade Técnica por Instalação de Ramal de Gás, enterrados em vias públicas ou áreas rurais, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrado(s) na(s) entidade(s) profissional(is) competente(s), que será o Responsável Técnico do contrato, em tempo integral (full time), durante todo o período da contratação.
- 14.2.2.2. A comprovação de Capacidade Técnica Profissional se fará através de atestado emitido por pessoa jurídica, no qual constará o nome do Responsável Técnico pela execução do serviço de características semelhantes ao objeto deste Edital e da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, emitida pelo CREA.
- 14.2.2.3. Para efeito de qualificação técnico-profissional, não serão aceitos atestados desacompanhados de suas respectivas CATs.
- 14.2.2.4. Não serão aceitas declarações da própria LICITANTE ou de empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 14.2.2.5. Os Atestados de Comprovação Técnica-Operacional e do Responsável Técnico somente serão aceitos aqueles emitidos pelo empreendedor ou concessionária proprietários do gasoduto.
- 14.2.2.6. O(s) atestado(s), deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado do emitente, constando denominação social, endereço, telefone, nome do responsável pela emissão e as seguintes informações:
- a) descrição detalhada do escopo dos serviços prestados;
 - b) prazo de execução;
- 14.2.2.7. Se o atestado não contiver os dados de contato do responsável ou da pessoa jurídica, o licitante poderá ser solicitado a fornecê-los durante a fase de habilitação.
- 14.2.2.8. A comprovação de que o Responsável Técnico – RT com os devidos requisitos exigidos acima, integra o quadro permanente da LICITANTE, deverá ser realizada através de apresentação de cópia autenticada da ficha ou livro de registro de empregado ou de cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social. Caso o Responsável Técnico seja sócio da LICITANTE, a comprovação se dará mediante a apresentação do Contrato Social em vigor com sua última alteração, devidamente consolidado e registrado no órgão competente. No caso de profissional autônomo, apresentar contrato de prestação de serviço devidamente registrado em cartório de títulos e prova de regularidade no CREA, mediante apresentação de certidão.
- 14.2.2.9. O Responsável Técnico da LICITANTE deverá participar durante todo o período da execução do contrato, alocado integralmente em Cuiabá/MT, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada previamente pela MTGÁS.

- 14.3. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, em sendo possível, constar o número de inscrição no CNPJ e endereço respectivo, salientando que:
- 14.3.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- 14.3.2. Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- 14.3.3. Os atestados de capacidade técnica/responsabilidade técnica poderão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) do licitante.
- 14.4. Os documentos de HABILITAÇÃO apresentados sem disposição expressa do órgão expedidor quanto a sua validade, terão o prazo de vencimento de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua emissão.
- 14.5. Excetuam-se do prazo acima mencionado, os documentos cuja validade é indeterminada, como é o caso dos atestados de capacidade ou responsabilidade técnica.
- 14.6. Será permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante o uso de certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP-Brasil) ou certificado corporativo avançado do Poder Executivo Estadual correspondente a assinatura eletrônica avançada, prevista na Lei Estadual nº 11.767/2022.
- 14.7. Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.
- 14.8. O licitante deverá apresentar DECLARAÇÃO DE VISTORIA ou DECLARAÇÃO DE NÃO VISTORIA, de que está ciente de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme item 6.5 e 6.6.1 do Edital.
- 14.9. Ao agente de licitação reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.
- 14.10. A prova de autenticidade de cópia de documento ou o reconhecimento de firma somente serão exigidos quando houver dúvida sobre a veracidade do documento, admitida a autenticação realizada por servidor através da apresentação da original ou realizada por advogado por sua responsabilidade profissional.
- 14.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 14.11.1. Complementar informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.
- 14.11.2. Atualizar documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 14.11.3. A vedação à inclusão de novo documento, restringe-se à juntada/encarte no sistema, após a abertura da sessão pública, de documento inexistente no momento da apresentação da proposta. Neste caso, o licitante não atende à condição exigida no Edital e por tal razão está

inabilitado. Caso o documento esteja apenas ausente, isto é, existente no momento da apresentação da proposta, porém, por falha ou equívoco não tenha sido apresentado pelo licitante, deverá ser solicitado e avaliado pelo agente de licitação.

- 14.11.4. Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre os licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público.
- 14.12. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitações de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.
- 14.13. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 14.14. Caso exista a necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Licitação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.
- 14.15. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos para tanto, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, exceto nos casos previstos neste edital.
- 14.16. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.
- 14.17. Na hipótese de desclassificação de TODAS as propostas ou inabilitação de TODOS os licitantes, o Agente de Licitação poderá fixar às licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas, corrigida das causas de sua desclassificação.
- 14.17.1. Nessa hipótese, serão convocados os licitantes à apresentar a documentação corrigida por ordem de classificação final após a finalização da etapa de lances.

15. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 15.1. Poderão participar da LICITAÇÃO quaisquer pessoas jurídicas, brasileiras, isoladamente ou reunidas em consórcio, desde que desempenhem atividade compatível com o objeto desta licitação, satisfaçam plenamente todos os termos, condições previstas neste Termo de Referência e seus anexos.
- 15.2. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo os interessados considerados impedidos pela legislação em vigor, tais como aqueles que:
 - 15.2.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 15.2.2. Aqueles que se encontrem sob falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação, ressalvados os que tenham plano de recuperação judicial aprovado em assembleia geral de credores e homologado pelo juiz e possam apresentar habilitação.

- 15.2.3. Empresas estrangeiras que não funcionem no País.
- 15.2.4. Sociedades Cooperativas.
- 15.2.5. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.
- 15.2.6. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 15.2.7. Aquele que de forma isolada ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.
- 15.2.8. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, aplicado também ao licitante que atue em substituição a outra pessoa física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 15.2.9. Matriz e Filial(is) serão consideradas como única pessoa jurídica para efeitos de verificação de impedimentos. A(s) sanção(ões) aplicada(s) à matriz abrange(m) a(s) filial(is) e vice-versa.
- 15.2.10. Aqueles que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 15.2.11. Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 15.2.12. Empregado ou dirigente da MTGÁS, como pessoa física, bem como a participação dele em processos licitatórios, na condição de licitante.
- 15.2.13. Quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
- 15.2.13.1. Dirigente da MTGÁS;
- 15.2.13.2. Empregado da MTGÁS cujas atribuições envolva a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;
- 15.2.13.3. Autoridades dos entes públicos aos quais a MTGÁS esteja vinculada;
- 15.2.13.4. A empresa cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a MTGÁS há menos de 6 (seis) meses;

- 15.3. Será permitida a participação de empresas em consórcio, desde que as empresas que venham a se consorciar atenda individualmente às exigências de habilitação previstas neste edital, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado. Para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, acrescidos de 30% do valor de comprovação de capital social OU patrimônio líquido.
- 15.4. A participação de empresas reunidas em consórcio deverá observar as seguintes diretrizes, sem prejuízo de outras previstas no edital;
- 15.5. Deverá ser indicada uma empresa líder para o consórcio, a qual será responsável por sua representação perante à MTGÁS;
- 15.6. No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira,
- 15.7. A desclassificação ou a inabilitação de qualquer consorciada acarretará a automática desclassificação ou inabilitação do consórcio;
- 15.8. Nenhuma LICITANTE poderá participar de mais de um consórcio, ainda que por intermédio de suas controladoras, controladas, coligadas ou empresas sob controle comum, mesmo com porcentagens distintas, sob pena de desclassificação do certame, não importando a fase em que tal fato vier a ser revelado;
- 15.9. Não será admitida a inclusão, a substituição, a retirada ou a exclusão de consorciadas do consórcio até a assinatura do contrato, tampouco a alteração na proporção de participação das consorciadas no consórcio;
- 15.10. Somente poderão ser incluídas ou substituídas consorciadas do consórcio durante a vigência do contrato, caso:
- 15.11. houver prévia e expressa anuência por parte da MTGÁS e;
- 15.12. a nova consorciada demonstrar o atendimento às condições de habilitação previstas neste instrumento convocatório.
- 15.13. No caso de o consórcio não ter sido a licitante vencedora, a responsabilidade solidária das consorciadas cessará, para fins das obrigações assumidas em virtude da presente licitação.
- 15.14. No caso de o consórcio ter sido a licitante vencedora, a responsabilidade solidária das consorciadas permanecerá durante todo o período de vigência contratual.
- 15.15. Além disto, deverão apresentar instrumento de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, do qual, entre outros aspectos deve constar:

- a. Objeto da consorciação;
- b. Composição do consórcio e definição dos percentuais de participação dos consorciados, bem como a indicação de proporção e o escopo de cada participante do Consórcio;
- c. Indicação da empresa responsável pelo Consórcio, que deverá ser aquela que possuir o maior acervo técnico entre as consorciadas, atender às condições de liderança, e obrigatoriamente arcar com a responsabilidade de conduzir atividades previstas no escopo contratual, sendo a Empresa que terá poderes para receber todos os pagamentos devidos, em decorrência da execução dos serviços contratados;
- d. Compromissos e obrigações dos consorciados, dentre os quais o de que cada consorciado responderá, individual e solidariamente, pelas exigências de ordem fiscal e administrativa, trabalhista, previdenciária e ambiental pertinentes ao objeto da licitação, até a conclusão final dos trabalhos que vierem a ser contratados com o consórcio;
- e. Declaração expressa de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados sob o consórcio, em relação a licitação e, posteriormente, à eventual contratação;
- f. Compromisso de que o consórcio não terá sua composição ou constituição alterada ou, sob qualquer forma, modificada, sem prévia expressa anuência, escrita, da MTGÁS, até a conclusão integral dos trabalhos que vierem a ser contratados, exceto quando as empresas consorciadas decidirem fundir-se em uma só, que as suceda para todos os efeitos legais;
- g. Compromisso e obrigações de cada um dos consorciados, individualmente, em relação ao objeto da licitação.

16. PARTICIPAÇÃO E BENEFÍCIOS DA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

- 16.1. Considerando o valor total estimado da contratação, esta licitação destina-se à ampla concorrência.
- 16.2. Não há reserva de cotas para a contratação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual, pois o objeto licitado envolve contratação de serviços, sendo que o inciso III, do art. 48, da Lei Complementar nº 123/2006, impõe o tratamento diferenciado apenas quanto à aquisição de bens de natureza divisível.
- 16.3. É responsabilidade dos licitantes, quando da apresentação de sua proposta, informarem, em campo próprio no sistema eletrônico, o seu enquadramento como ME ou EPP, para usufruir do tratamento diferenciado estabelecido na Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006 e no Decreto 8.538 de 06 de outubro de 2015.
- 16.4. A falta de identificação no sistema, antes de envio da proposta acarretará preclusão dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006.
- 16.5. Nos termos do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e do art. 21, § 2º da Lei Complementar 605/2018, as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 16.6. Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista:

- 16.6.1. Será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da MTGÁS, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 16.6.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, podendo a MTGÁS convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.
- 16.6.3. Este tratamento favorecido somente será concedido se as microempresas e empresas de pequeno porte apresentarem no certame toda a documentação fiscal exigida, mesmo que esta contenha alguma restrição.
- 16.6.4. O motivo da irregularidade fiscal pendente deverá ficar registrado em ata, bem como a indicação do documento necessário para comprovar a regularização.
- 16.7. Em caso de atraso, por parte dos órgãos competentes da emissão de certidões negativas de débito ou de certidões positivas com efeito de negativas, o licitante poderá apresentar à Administração Pública, em prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, contados do término do prazo conferido aos referidos órgãos responsáveis pela emissão, outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, nos termos dos arts. 151 e 156 do Código Tributário Nacional, juntamente com a prova de protocolo do pedido da certidão comprobatória.
- 16.8. A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal de que tratam os subitens 14.6.1 e 14.7.
- 16.9. Ocorrendo o empate ficto (quando as ofertas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais forem iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta melhor classificada), na forma da Lei Complementar Estadual nº 605/2018, apurado pelo sistema Licitações-e, proceder-se-á da seguinte forma:
- 16.9.1. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual melhor classificada será convocada para apresentar novo lance no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- 16.9.1.1. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual que ofertar nova proposta de preço inferior àquela considerada melhor proposta classificada, passará a figurar em primeiro lugar na ordem classificatória, dando ensejo a análise da sua proposta e habilitação.
- 16.9.1.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, na forma do item anterior, serão convocados os remanescentes que se enquadrem em situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- 16.9.1.3. No caso de valores idênticos apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio entre eles para que se identifique aquele que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

- 16.10. A obtenção dos benefícios a que se refere este tópico fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

17. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 17.1. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato, bem como dos serviços principais;
- 17.2. É permitida a subcontratação parcial do objeto do contrato até o limite de 49,00% (quarenta e nove por cento) do objeto contratado e somente para as atividades que não constituam o escopo principal do objeto;
- 17.3. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 17.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 17.5. A subcontratada deverá cumprir a habilitação jurídica, fiscal, trabalhista nos termos previstos no edital, as mesmas estipuladas para as empresas licitantes.
- 17.6. O contratado apresentará à MTGÁS documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.
- 17.7. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

18. PROPOSTA DE PREÇOS E JULGAMENTO

- 18.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, no modo de disputa aberto, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo maior desconto.
- 18.2. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances adotados será 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento).
- 18.3. O percentual de desconto ofertado após a fase de lances (proposta realinhada) não poderá ser inferior em relação ao percentual de desconto ofertado inicialmente no lote pelo licitante (proposta inicial), tampouco ser menor que o percentual de desconto estimado para licitação.

- 18.4. O prazo de eficácia da proposta, que não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias corridos**, a contar da data da apresentação da proposta realinhada, prazo este que será suspenso caso haja recursos administrativos ou judiciais.
- 18.5. As propostas apresentadas pelas licitantes deverão incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, materiais, equipamentos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, fretes, serviços, treinamento, deslocamentos de pessoal, transporte, garantia, lucro e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o valor do objeto licitado, constante da proposta, conforme exigências editalícias e contratuais, não sendo admitido pleito posterior em decorrência da exclusão de quaisquer despesas incorridas, nem reivindicar qualquer adicional de pagamento ou reajustamento de preços.

19. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 19.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Unidade Orçamentária: 17502

Ação (PAOE): 2619

Categoria/Grupo de despesa: 33.90

Fonte de despesa: 15010000

Elemento de Despesa: 39

20. GARANTIA DO SERVIÇO

- 20.1. O prazo de garantia dos serviços é de (60) (sessenta) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 20.2. Todas as despesas que ocorrerem no período de garantia, tais como refazimento, troca, conserto, substituição de peças, transporte, mão-de-obra e manutenção, no caso de apresentar imperfeição, correrão por conta do contratado, não cabendo ao contratante quaisquer ônus.

21. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

- 21.1. A medição mensal dos serviços executados será realizada conforme o Anexo III.3 - Critérios de Medição.

22. PAGAMENTO

- 22.1. As regras acerca das condições de pagamento são as estabelecidas no Contrato e nas disposições a seguir
- 22.2. Não haverá pagamento antecipado.
- 22.3. O pagamento será realizado de acordo com a execução mensal do objeto do contrato,

mediante emissão da respectiva Nota Fiscal devidamente atestada, e análise dos documentos que compõem o processo de pagamento.

- 22.4. O contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal, o número do Contrato, das ordens de serviço, a descrição do objeto, o número e nome do banco, agência e número da conta na qual deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.
 - 22.4.1. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valor(es) para outra(s) praça(s) será(ão) de responsabilidade do contratado.
- 22.5. O contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros, por intermédio da operação de “factoring”.
- 22.6. O pagamento será efetuado mediante a apresentação dos seguintes documentos:
 - 22.6.1. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda da sede ou domicílio do credor e do Estado de Mato Grosso, abrangendo inclusive débitos inscritos em dívida ativa;
 - 22.6.2. Prova de regularidade junto à Dívida Ativa do Estado, expedida pela Procuradoria-Geral do Estado da sede ou domicílio do credor e do Estado de Mato Grosso;
 - 22.6.3. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, em plena validade e relativa ao contratado;
 - 22.6.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal e Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;
 - 22.6.5. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;
 - 22.6.6. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal da sede ou domicílio do credor.
- 22.7. O contratante efetuará retenção na fonte de todos os tributos inerentes ao Contrato em questão.
- 22.8. O pagamento será efetuado pelo contratante em favor do contratado em até 30 (trinta) dias, mediante ordem bancária a ser depositada em conta corrente, no valor correspondente, após a apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pela fiscalização do contratante.
- 22.9. O(s) pagamento(s) não realizado(s) dentro do prazo por eventos decorrentes do contratado, não será(ão) gerador(es) de direito a qualquer acréscimo financeiro;
- 22.10. Caso o atraso no pagamento seja motivado exclusivamente pelo contratante, o valor devido será corrigido pelo IPCA, conforme apuração desde a data prevista para o pagamento até a data de sua efetiva realização;
- 22.11. A efetivação dos pagamentos não isentará o contratado das suas responsabilidades e das suas obrigações contratuais, especialmente aquelas relacionadas à qualidade e à garantia dos serviços prestados.

- 22.12. Caso constatada alguma irregularidade ou incorreção na Nota Fiscal/Fatura, esta será devolvida ao contratado para as necessárias correções, acompanhada dos motivos que deram ensejo à sua rejeição, interrompendo-se o prazo para o pagamento, que começa a fluir somente a partir da data do protocolo da nova Nota Fiscal e demais documentos, devidamente corrigidos. O prazo somente voltará a fluir, desde o começo e de maneira integral, a partir da data do protocolo da nova Nota Fiscal e dos demais documentos exigíveis, devidamente corrigidos.
- 22.13. Constatando-se qualquer outra circunstância que desaconselha o pagamento, em razão de circunstância devidamente justificada e informada ao contratante, o prazo para pagamento ficará suspenso e voltará a correr a partir da respectiva data de regularização.
- 22.14. Nos casos de aplicação de penalidade ao contratado, em virtude de inadimplência contratual, não serão efetuados pagamentos a esta, enquanto perdurar pendência de liquidação das respectivas obrigações.
- 22.15. As Notas Fiscais a serem pagas deverão sofrer desconto devido à aplicação de multas/glosas previstas no Contrato e já identificadas pela fiscalização.
- 22.16. O contratado deverá, durante toda a execução do Contrato, manter atualizada a vigência da garantia contratual.

23. REPACTUAÇÃO

- 23.1. Com a finalidade de manter o padrão e salvaguardar as informações do início até o final do processo, especificamente nos itens 1.2.1, 1.2.2, 1.2.3, 1.2.4, 1.3.1, 1.3.2, 1.3.3, 1.3.4 e 1.3.5 da Planilha Referencial de Unidade de Serviço (PRUS) parte indissociável do contrato e tramitará em conjunto, e será a memória de cálculo, devendo ser usadas durante a repactuação para facilitar a avaliação e, conseqüentemente, aprovação do valor requisitado pela CONTRATADA;
- 23.2. As repactuações serão precedidas de solicitação pela CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e/ou do novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação.
- 23.3. O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços será de 90 (noventa) dias, contado da data do fornecimento da documentação.
- 23.4. A variação de custos decorrente do mercado somente será concedida mediante a comprovação pelo contratado do aumento dos custos, considerando-se:
- 23.4.1. os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;
 - 23.4.2. as particularidades do contrato em vigência.
 - 23.4.3. a nova planilha com variação dos custos apresentada; e
 - 23.4.4. indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas

ou outros equivalentes.

- 23.5. A MTGÁS poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela contratada.
- 23.6. As repactuações a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.
- 23.7. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho.
- 23.8. O CONTRATANTE deverá solicitar a atualização dos preços vigentes formalmente à MTGÁS, acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: notas fiscais (anteriores e próximos à data de apresentação da proposta, e posteriores ao registro) ou outros documentos comprobatórios, que serão analisados;
- 23.9. A MTGÁS não se vincula às disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade;
- 23.10. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato;
- 23.11. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

24. PREPOSTO

- 24.1. A contratada deverá apresentar o preposto no ato da assinatura do Contrato, o qual deverá participar durante todo o período da execução do contrato, alocado integralmente em Cuiabá/MT.
 - 24.1.1. A Contratada poderá, durante a vigência do contrato, fazer a substituição do preposto, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada previamente pela MTGÁS.
- 24.2. O preposto deverá garantir o atendimento e agilidade que o objeto contratado exige.
- 24.3. O Preposto deverá estar apto a esclarecer as dúvidas que surgirem em relação aos serviços;
- 24.4. A Contratada deverá instruir seu Preposto quanto à necessidade de atender prontamente a quaisquer solicitações do Contratante, por intermédio da Fiscalização do Contratante, acatando imediatamente as determinações, instruções e orientações destes, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas, desde que de acordo com a legalidade, e devendo, ainda, tomar todas as providências pertinentes para que sejam corrigidas quaisquer falhas

detectadas na execução dos serviços contratados.

24.5. São atribuições do Preposto, dentre outras:

- 24.5.1. Comandar, coordenar e controlar a execução dos serviços contratados;
- 24.5.2. Zelar pela segurança, limpeza e conservação dos equipamentos e das instalações do contratante, além da segurança dos empregados do contratado colocados à disposição da contratante;
- 24.5.3. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações, instruções e orientações emanadas da Fiscalização e das autoridades do contratante;
- 24.5.4. Apresentar informações e/ou documentação solicitada pela Fiscalização e/ou pelas autoridades do contratante, inerentes à execução e às obrigações contratuais, em tempo hábil;
- 24.5.5. Reportar-se à Fiscalização do contratante para dirimir quaisquer dúvidas a respeito da execução dos serviços e das demais obrigações contratuais;
- 24.5.6. Relatar à Fiscalização, pronta e imediatamente, por escrito, toda e qualquer irregularidade observada;
- 24.5.7. Garantir que os empregados se reportem sempre ao contratado, primeiramente, e não à Fiscalização e/ou aos servidores do contratante, na hipótese de ocorrência de problemas relacionados à execução contratual;
- 24.5.8. Realizar, além das atividades e tarefas que lhe forem atribuídas, quaisquer outras que julgar necessárias, pertinentes ou inerentes à boa prestação dos serviços contratados;
- 24.5.9. Apor assinatura em documento/relatório de avaliação da execução do objeto contratado, quando este não for remetido por mensagem eletrônica com confirmação de recebimento;
- 24.5.10. Encaminhar à Fiscalização do contratante todas as Notas Fiscais/Faturas dos serviços prestados, bem como toda a documentação complementar exigida;

25. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 25.1. Quando convocado, assinar o Contrato e a Ordens de Serviço no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal.
- 25.2. Nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-la na execução do Contrato, conforme disposto no Termo de Referência.
- 25.3. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e seus anexos, e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste termo e em sua proposta, promovendo sua substituição sempre que necessário.
- 25.4. Providenciar e zelar para que seus empregados observem o uso obrigatório dos

equipamentos de Proteção, individuais (EPI's) e coletivos (EPC's), observando as condições mínimas de segurança exigidas pelas normas técnicas aplicáveis aos serviços prestados.

- 25.5. Registrar e controlar diariamente a frequência e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências nos postos em que estiver prestando o serviço.
- 25.6. Apresentar ao contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão áreas da MTGÁS para a execução do serviço, os quais devem estar uniformizados, devidamente identificados por meio de crachá e, se necessário, com Equipamentos de Proteção Individual – EPI's.
- 25.7. No primeiro mês da prestação dos serviços, o contratado deverá apresentar, entre outras, a seguinte documentação:
 - 25.7.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso.
 - 25.7.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pelo contratado.
 - 25.7.3. Exames médicos admissionais dos empregados do contratado que prestarão os serviços;
 - 25.7.4. Declaração de responsabilidade exclusiva do contratado sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;
 - 25.7.5. Termo de Sigilo e Confidencialidade.
- 25.8. Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.
- 25.9. Efetuar a reposição da mão de obra nos postos, em caráter imediato, em eventual ausência. Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender a eventuais acréscimos solicitados pela MTGÁS, bem como impedir que a mão de obra que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantida ou retorne às instalações.
- 25.10. Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 25.11. Autorizar o contratante a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições

previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

- 25.12. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria MTGÁS (ex.: por falta da documentação permanente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.
- 25.13. Instruir seus empregados quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a eles inerentes, especialmente sobre a obtenção de extratos de recolhimentos da contribuição previdenciária e FGTS.
- 25.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.
- 25.15. Manter, durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações e as condições de habilitação exigidas na licitação.
- 25.16. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da MTGÁS, bem como as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências do contratante.
- 25.17. Executar os serviços de forma a garantir os melhores resultados, cabendo ao contratado otimizar a gestão de seus recursos humanos, com vistas à qualidade dos serviços e à satisfação da MTGÁS.
- 25.18. Atender as necessidades da MTGÁS, dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- 25.19. Comunicar no prazo de até 02 (dois) dias úteis ao contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária, telefone, e-mail e outros julgáveis necessários para o recebimento de correspondência;
- 25.20. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo contratante ou por seus responsáveis, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços;
- 25.21. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente no local dos serviços que se verifique;
- 25.22. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com normas técnicas e de segurança vigentes, ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 25.23. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços.
- 25.24. Realizar o(s) serviço(s) contratado(s), nos termos, prazos, quantidades, qualidade e condições estabelecidas no Edital, Termo de Referência e demais anexos.;

- 25.25. Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências do contratante.
- 25.26. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade da execução dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.
- 25.27. Desde que a contratada autorize, o contratante poderá acrescentar ou suprimir o valor global do contrato, respeitando os limites legais da lei 13.303/16, sendo vedada a compensação conforme Acórdão do TCU nº 1.536/2016.
- 25.28. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do contratante, no tocante a prestação dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no Contrato, conforme especificações constantes neste Termo de Referência e seus anexos.
- 25.29. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo contratante, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência ao contratante, imediatamente, por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato.
- 25.30. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades contratadas, sem a prévia autorização do contratante.
- 25.31. O contratado responsabilizar-se-á integralmente pelo objeto contratado, devendo para tal:
- 25.32. Responder por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
- 25.33. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e/ou morais causados ao contratante ou a terceiros, pela ação ou omissão dolosa ou culposa, de seus empregados, trabalhadores, prepostos, contratados ou representantes.
- 25.34. Responder pelos danos causados diretamente ou indiretamente ao contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização do contratante em seu acompanhamento.
- 25.35. Responder por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados e prepostos, quando nas dependências do contratante, ou em qualquer outro local onde estejam executando o objeto contratado, devendo adotar as providências que, a respeito, exigir a legislação em vigor.
- 25.36. Indenizar terceiros e/ou o contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o contratado adotar as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- 25.37. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante.
- 25.38. O contratado responsabilizar-se-á, integralmente, pelos serviços contratados, cumprindo as disposições legais que interfiram em sua execução.

- 25.39. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da solicitação formal do fiscal dos Órgãos/Entidades contratantes, os equipamentos e/ou insumos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.
- 25.40. Atender, no prazo de 2 (dois) dias úteis, às solicitações de substituição de funcionário do contratado, qualificada ou entendida como inadequada para a prestação dos serviços;
- 25.41. Treinar seus empregados quanto aos princípios básicos de postura no ambiente de trabalho, tratamento de informações recebidas e manutenção de sigilo, comportamento perante situações de risco e atitudes para evitar atritos com servidores, colaboradores e visitantes do contratante.
- 25.42. Atender as demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº.13.303/2016 e Regulamento de Licitações e Contratos da MTGÁS.
- 25.43. A inobservância das regras previstas neste Termo de Referência e seus anexos acarreta descumprimento contratual absoluto, implicando a possibilidade de rescisão por iniciativa do contratante.
- 25.44. No encerramento do contrato, o contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços, quando couber.
- 25.45. Demais obrigações trazidas nos anexos desse termo de referência.
- 25.46. A inobservância das regras previstas neste instrumento acarreta descumprimento contratual, implicando a possibilidade de rescisão por iniciativa do contratante, nos termos da Lei 13.303/2016;

26. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 26.1. Designar, profissionais aos quais caberão a responsabilidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do contrato, conforme legislação vigente;
- 26.2. Fornecer ao contratado todos os elementos e dados necessários à perfeita execução do objeto do Termo de Referência e do Contrato, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes do contratado em suas dependências, desde que observadas às normas de segurança;
- 26.3. Notificar o contratado de qualquer alteração ou irregularidade encontrada na execução do Contrato;
- 26.4. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços por profissional designado, anotando em registro próprio e diário as principais ocorrências bem como, especialmente, as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

- 26.5. Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional exigidos nas especificações técnicas e legais, bem como nas atribuições deste Termo e seus anexos, solicitando ao contratado as substituições, a entrega ou troca de equipamentos de proteção, e os treinamentos que se verificarem necessários.
- 26.6. Pagar ao contratado o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
- 26.7. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pelo contratado;
- 26.8. NÃO praticar atos de ingerência na Administração do contratado, tais como:
- 26.8.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados do contratado, devendo se reportar somente aos prepostos ou responsáveis por ele indicados;
- 26.8.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa contratada;
- 26.8.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos empregados do contratado, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o empregado foi contratado;
- 26.9. Fiscalizar, mensalmente, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:
- 26.9.1. A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio saúde, quando for devido.
- 26.9.2. O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade.
- 26.9.3. O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.
- 26.10. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.
- 26.11. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pelo contratado.
- 26.12. Notificar o contratado de qualquer alteração ou irregularidade encontrada na execução do contrato.
- 26.13. Inserir as informações pertinentes ao objeto contratado no sistema SIAG-C, após firmado o contrato e/ou emitir a Nota de Empenho, em atendimento à Lei de Acesso às Informações (Lei nº 12.527/2011), regulamentada pelo Decreto Estadual 1.973/2013.
- 26.14. Efetuar o pagamento ao contratado, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência no Edital e seus anexos.

26.15. Emitir apólice de seguro contra acidente.

27. GARANTIA CONTRATUAL

- 27.1. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia no valor de 10,00% (dez por cento) do valor total do contrato, conforme disposto no § 3º do Art. 70 da Lei 13.303/2016, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
- 27.2. Cabe a CONTRATADA optar por uma das modalidades prescritas no §1º do Artigo 70 da Lei federal nº 13.303/2016.
- 27.3. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2,00% (dois por cento).
- 27.4. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias corridos autoriza a CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.
- 27.5. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual.
- 27.6. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 27.7. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 27.8. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 27.8.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - 27.8.2. prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - 27.8.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA; e
 - 27.8.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 27.9. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 27.10. Será considerada extinta a garantia:
- 27.10.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as

cláusulas do contrato;

27.10.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a CONTRATANTE não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação.

27.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

27.12. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia contratual.

28. DO REAJUSTE CONTRATUAL

28.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado do mês base da proposta.

28.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

28.2. Decorrido período superior a 1 (um) ano, contado a partir do mês base do orçamento, o reajuste será aplicado pelo INCC, com base nos valores dos índices do 1º mês de cada período subsequente de 12 (doze) meses.

28.3. Somente ocorrerá este reajuste para as parcelas que ultrapassem o período mencionado e caso o adimplemento da obrigação das parcelas a realizar não estejam atrasadas por culpa da CONTRATADA conforme cronograma físico aprovado pela fiscalização do Contrato.

28.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do Contrato, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

28.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

29. MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS

29.1. A distribuição de responsabilidades, entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, caracterizadoras do equilíbrio econômico-financeiro na execução do contrato estão previstas no Anexo VI.1 - Matriz de Risco.

30. SANÇÕES

30.1. A minuta do contrato detalha as regras, procedimentos e parâmetros do sancionamento administrativo.

31. DO CONTRATO

31.1. Após a homologação da licitação, a Adjudicatária terá o prazo de até 02 (dois) dias úteis,

contados a partir da convocação formal pela CONTRATANTE, para assinar o contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Termo de Referência.

- 31.1.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pela Administração.
- 31.2. O contrato deverá prever cláusulas indispensáveis, tais como: a) objeto e seus elementos característicos; b) regime de execução ou forma de fornecimento; c) o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento; d) os prazos de início de cada etapa de execução, de conclusão, de entrega, de observação, quando for o caso, e de recebimento; e) garantias oferecidas para assegurar a plena execução do objeto contratual, quando exigidas; f) obrigações das partes, tipificações das infrações e as respectivas penalidades e valores das multas; g) rescisão do contrato e os mecanismos para alteração; h) vinculação do instrumento convocatório, bem como a proposta do licitante vencedor; i) a obrigação do contratado de manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento licitatório; j) matriz de riscos.

32. LEGISLAÇÃO APLICADA

- 32.1. Lei n.º 13.303/2016 – Lei de Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- 32.2. Regulamento Interno de Licitações e Contratos MTGÁS.

33. ANEXOS

- 33.1. São partes integrantes deste Termo de Referência:
 - 33.1.1. Anexo III.1 – Memorial Descritivo
 - 33.1.2. Anexo III.2 – Especificações técnicas
 - 33.1.3. Anexo III.3 – Critérios de Medição

Cuiabá (MT), 27 de janeiro de 2025.

Elaborado por:

Hibrael Caiubi Mamede

Gerente Mecânico e Operações/MTGÁS

TERMO DE ANÁLISE, APROVAÇÃO E AUTORIZAÇÃO

1 – ANÁLISE E APROVAÇÃO:

Analisamos e aprovamos o Termo de Referência nº 001/2025/DTC/MTGÁS, seus anexos e constatamos a regularidade dos autos.

Cuiabá (MT), 27 de janeiro de 2025.

Guilherme Oliveira Carvalho

Diretor Técnico e Comercial/MTGÁS

2 – AUTORIZAÇÃO:

Analisado e aprovado o Termo de Referência nº 001/2025/DTC/MTGÁS, **AUTORIZO** a realização do Certame Licitatório, a ser realizado na forma indicada no Termo de Referência, no processo administrativo e na legislação vigente.

Aécio Guerino de Souza Rodrigues

Diretor Presidente/MTGÁS